



**Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

Assunto: Informações sobre o HDES

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa. para efeito de admissão, requerimento com pedido de respostas por escrito dirigido ao Governo Regional, nomeadamente à **Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social**.

Ponta Delgada, 25 de julho de 2024

Com os melhores cumprimentos,

A Representação Parlamentar do BE/Açores

(António Lima)

Exma. Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social

No passado dia 4 de maio, a ocorrência de um incêndio no Hospital do Divino Espírito Santo (HDES), em Ponta Delgada, deixou esta unidade sem atividade e obrigou à transferência dos doentes para outras unidades de saúde.

Desde então, têm sido públicas muitas informações sobre este assunto, algumas, por vezes, até contraditórias, tanto sobre as causas do incêndio, assim como sobre o caminho para a retoma plena do funcionamento do HDES.

Considerando as diversas declarações da sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social no parlamento assim como à comunicação social.

Considerando que continuam por explicar os motivos que justificam a opção do Governo Regional em manter a maioria dos mais importantes serviços do HDES encerrados.

Considerando que é fundamental reforçar a transparência no processo de retoma da atividade do HDES.

Considerando que a opção pelo Hospital Modular não está suficientemente fundamentada e que não se conhece o plano funcional dessa infraestrutura nem os custos totais, uma vez que os equipamentos não se encontram incluídos nos valores apresentados.

Considerando que é fundamental conhecer o impacto imediato na atividade do HDES e do SRS causada pelo incêndio e pela redução da capacidade de resposta atual do HDES.

Considerando que os serviços de saúde que eram prestados pelo HDES, o maior hospital dos Açores, serão prestados maioritariamente num hospital modular durante um longo período de tempo.

Assim, nos termos estatutários e regimentais e atendendo ao exposto, a Representação Parlamentar do BE/Açores solicita a V.^a Ex.^a a seguinte informação:

- 1 - Quais as funções que desempenha no HDES ou noutra instituição pública regional o Engenheiro Nuno Jorge, Diretor de Serviço de Instalações do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, e com que enquadramento legal tem prestado consultoria ao HDES?
- 2 – Quando estará concluída a primeira estimativa de custos elegíveis para comparticipação do Governo da República dos custos decorrentes do incêndio do HDES?
- 3 – A que projeto se referiu a Sr.^a. Secretária Regional da Saúde em entrevista à Antena1/Açores a 4 de julho e que se prevê estar concluído no primeiro trimestre de 2025?

4 – O que significa a afirmação, por parte da Secretária Regional da Saúde e Solidariedade Social, de que o Arquiteto Ilídio Pelicano, tem direitos de autor sobre a estrutura do HDES? Que consequências legais tem para a região esses mesmos direitos?

5 – Tinha o governo regional conhecimento do estado do Sistema Automático de Detecção de Incêndios (SADI) e da necessidade da sua substituição prevista no plano de negócios 2021-2023 do HDES? Por que motivo essa substituição não foi efetuada?

6 – Quais os problemas existentes nas Unidades de Tratamento do Ar (UTAs) do bloco operativo? Quando foram pela primeira vez detetados esses mesmos problemas? Solicitam-se relatórios de manutenção das UTAs dos últimos dois anos.

7 – Qual é a causa da alegada má qualidade do ar no HDES, nomeadamente nos serviços que se mantêm encerrados? Quais os parâmetros físicos, químicos ou microbiológicos que se encontram fora dos limites legais?

8 – Por que motivos não foi ainda efetuada a limpeza total das áreas afetadas pelo incêndio no HDES, nomeadamente remoção de equipamentos danificados, cabos de eletricidade, tetos falsos, condutas e todos os outros materiais, assim como a posterior limpeza de paredes, tetos e chão?

9 – Para quando está previsto o início e o fim destes trabalhos de limpeza total provocada pelos efeitos do incêndio?

8 – Qual o custo previsto para os equipamentos que irão ser instalados no hospital modular?

10 – Para que data se prevê o início do funcionamento do hospital modular em pleno, ou seja, com todos os serviços abertos aos utentes?

11 – Para que data se prevê o fim da utilização do hospital modular?

12 – Quantas consultas e cirurgias foram adiadas por consequência do incêndio no HDES? Solicita-se a desagregação da informação por especialidade.

13 – Quantas evacuações médicas foram efetuadas a partir da ilha de São Miguel devido à ausência de resposta na ilha de São Miguel?

Nos termos estatutários e regimentais, a Representação Parlamentar do BE/Açores solicita ainda a V.^a Ex.^a a seguinte documentação:

1 – Os relatórios da qualidade do ar efetuados no HDES na ala nascente desde o dia 4 de maio, assim como relatórios da qualidade do ar efetuados antes de 4 de maio no HDES, dos últimos 2 anos, e restantes enfermarias de unidades de saúde da região, incluindo as instituições onde se

encontram internados os doentes do HDES, desde 4 de maio de 2024, entre as quais, o hospital da CUF de São Miguel, o Centro de Saúde da Ribeira Grande, o Pavilhão Carlos Silveira, a Clínica do Bom Jesus, a Casa de Saúde de Nossa Senhora da Conceição e os hospitais da Horta e de Angra do Heroísmo.

2 – O projeto funcional do hospital modular que está a ser construído para substituir temporariamente vários serviços do HDES.

A Representação Parlamentar do BE/Açores



(António Lima)

Ponta Delgada, 25 de julho de 2024